

A União Latina – Quando o Brasil ousava sonhar

Inicialmente, uma improvável convergência de idéias

Na França do final do período entre-guerras, o diplomata francês Pierre Cabanès defendeu, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, a idéia de uma união entre as nações latinas.

Seu projeto previa o surgimento de entidades transnacionais, algo que já era uma realidade nos planos militar e ideológico de então, mas envolvia uma dimensão muito mais abrangente: a de uma continuidade histórica, espiritual e civilizacional entre elas, a saber, a Latinidade.

O que o Sr. Cabanès provavelmente não imaginava era que, na outra margem do Atlântico, um diplomata brasileiro já pensava em direção semelhante. Tratava-se de João Neves da Fontoura, alto funcionário da chancelaria brasileira durante o Estado Novo, o regime ditatorial liderado pelo presidente Getúlio Vargas. Um de seus projetos mais antigos consistia, primeiramente, em promover a aproximação das nações da América Latina e, em momento posterior, de suas contrapartes latinas na Europa, no âmbito de uma entidade política ou até mesmo econômica.



João Neves da Fontoura, membro de Academia Brasileira de Letras

O espírito do tempo

Chega o fatídico ano de 1939, e a guerra logo obscurece esses projetos, sem, contudo, destruí-los. Bem pelo contrário: encerrado o conflito, a França vê surgir, já no final de 1945, o manifesto *L'Empire latin* (O Império Latino), concebido por Alexandre Kojève e endereçado ao general de Gaulle [1].

Não se trata, todavia, de estabelecer aqui uma relação direta entre as reflexões de Kojève e as de Cabanès ou de Fontoura. A referência ao projeto de Kojève serve, antes, para situar as reflexões sobre a Latinidade no contexto intelectual e geopolítico da época.

Posteriormente, em 1946, Fontoura, então Ministro das Relações Exteriores, afirma em uma entrevista concedida ao jornal *Le Monde* [2]:

« Mas, acima de tudo, nós, brasileiros — assim como vós, franceses — devemos nos lembrar de que provimos do mesmo parentesco espiritual, de que temos origens e uma civilização em comum. Não seria o nosso papel primordial — tanto o vosso quanto o nosso — trabalhar pela reconstrução da frente latina? Nesse sentido, o Brasil — um país novo, mas que, pelo desenvolvimento de sua população, já se coloca na vanguarda das nações latinas — pretende desempenhar um papel de grande relevância. Ele terá êxito nessa empreitada, desde que abra amplamente o seu território — como, aliás, já está decidido — à imigração e aos capitais estrangeiros, oferecendo todas as garantias indispensáveis. Deverá, sobretudo, defender-se — tal como as demais repúblicas da América Latina — de um nacionalismo econômico excessivo, tendo em mente, como disse o Sr. Willkie, que hoje existe apenas “um só mundo” e que o Rio de Janeiro está a apenas vinte e três horas de Londres ou de Paris... »

Quando o desejo se tornou realidade

Essas palavras encontraram, na França, ouvidos bastante atentos, notadamente os do Sr. Cabanès, que, em 1948, lançou a iniciativa da União Latina no *Quai d'Orsay*.

Entretanto, essa iniciativa só se tornaria uma realidade institucional em 1951, quando Getúlio Vargas retornou à Presidência da República (desta vez por via democrática) e manteve Fontoura à frente da Chancelaria.

Juntos, esses homens de pensamento estratégico vislumbraram a necessidade de diversificar as possibilidades de projeção internacional do país, indo além da abordagem privilegiada pela administração anterior, a do presidente Eurico Gaspar Dutra, que conferia papel central às relações com os Estados Unidos da América.



O presidente Vargas, no discurso inaugural do 1º Congresso da União Latina

Sua vontade política os levou a contatar seus homólogos franceses e a organizar, com eles, o primeiro congresso da Organização, no Rio de Janeiro, de 14 a 19 de outubro de 1951 [3]. Eis a transformação do sonho em uma realidade internacional concreta.

Com o segundo congresso, realizado na Espanha em 1954, a União formalizou o Tratado de Madri, assinado por 26 países [4], dos quais doze viriam a compor o Conselho Executivo. Posteriormente, o número de membros aumentaria até atingir cerca de quarenta nações, na década de 1980.

Apogeu e declínio

No entanto, foi aqui que uma iniciativa muito promissora começou a assumir aqueles contornos sombrios que o Brasil esboça com demasiada frequência ao longo de sua história.

As graves instabilidades que perduraram desde o fim do governo Vargas até o golpe de 1964, combinadas com as políticas externas frequentemente hesitantes dos presidentes que o sucederam - tanto sob ditadura quanto na democracia -, reservaram ao país um papel secundário no seio de uma organização para cuja criação contribuiu de forma decisiva.

Não obstante, a União Latina vivenciou um renovado período de atividades a partir da década de 1980, o qual se estendeu até o início da década de 2010. Com um apoio financeiro cada vez mais frágil, a organização encerrou suas atividades em 2012, em meio à indiferença da mídia brasileira.

Foi o fim do projeto idealizado por João Neves da Fontoura, Pierre Cabanès e vários entusiastas em ambas as margens do Atlântico.

Conclusão

A história da União Latina nos oferece, assim, um exemplo de como o Brasil, por falta de vontade e constância em sua atuação política, pode perder papéis de destaque em organizações que ajudou a construir.

A meu ver, trata-se de um risco que se observa hoje com o BRICS.

Nesse contexto, talvez seja preciso revisitar a visão daqueles estadistas do passado e acreditar no potencial do Brasil, da França e, de forma mais ampla, da Latinidade.

Éder **FONSECA**

Oficial de Promotoria do Ministério Público do Estado de São Paulo
Engenheiro Eletricista pela Universidade Santa Cecília e pelo INSA de Toulouse
Estudante de geopolítica do Brasil e das Américas

[1] *L'Empire latin, esquisse d'une doctrine politique française* – KOJÈVE, Alexandre. Paris, 1945.

[2] Transcrição do jornal *Le Monde*, edição de 30 de agosto de 1946 (entrevista com o Sr. João Neves da Fontoura).

[3] *O Brasil e as origens da União Latina* – Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília : FUNAG, 2002.

[4] Argentina, Bélgica, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Espanha, França, Guatemala, Haiti, Honduras, Itália, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Republica Dominicana, Romênia, Uruguai, Venezuela.